

NÃO SE DEIXE ENGANAR!

Por trás da crise econômica e política, querem tirar nossos direitos trabalhistas e sociais

Você vai permitir que isso aconteça?

Por trás das crises econômica e política que podem consumir um golpe contra a democracia brasileira, setores conservadores da sociedade – entre os quais a classe patronal – tramam retrocessos trabalhistas e sociais que podem gerar mais precarização e desemprego.

Para quem ainda não sabe, a maioria dos deputados e senadores foi eleita em 2014 com o dinheiro polpudo das empresas. Agora, em contrapartida, estão pagando os favores recebidos durante suas campanhas eleitorais. Aproveitam-se da crise política criada e alimentada por eles próprios para fazer tramitar 55 projetos de lei que, caso aprovados, vão acabar ou flexibilizar com vários direitos trabalhistas e sociais.

Você vai permitir que isso aconteça? Não? Então seja parceiro da gente nesta luta! Ajude o sindicato a lutar contra os retrocessos, ajude o sindicato a ajudar você.

Viva a Classe Trabalhadora

Leia mais nas outras páginas

Carta esclarece o que está em jogo e pede mobilização maior de todos

Página 2

Conheça os 55 motivos para você estar com a gente na luta

Página 3

Movimento sindical nas ruas para defender democracia e direitos

Página 4

Metalúrgicos do RS denunciam:

Democracia, emprego, renda e direitos trabalhistas e sociais em risco

Dirigentes sindicais representantes da Federação dos Metalúrgicos do RS (FTM/CUT-RS) e dos 29 sindicatos filiados reuniram-se na quinta-feira, 17 de março, em Passo Fundo, para avaliar a conjuntura e definir os passos a serem dados pela categoria. O consenso: estão sob extremo risco a democracia, os empregos e os salários, além de inúmeros direitos trabalhistas e avanços sociais conquistados a

duras penas no passado.

A crise econômica mundial – aqui no Brasil agravada pelos desdobramentos políticos do circo montado na chamada Operação Lava Jato pela grande mídia, pelo empresariado, por parte do Judiciário e pelos partidos que representam a elite brasileira, tudo para apelar Dilma da presidência e evitar que Lula volte à disputa em 2018 – ressuscitou o neoliberalismo que impõe retrocessos à eco-

nomia de países em desenvolvimento e às conquistas do povo trabalhador. Enquanto a mídia e o povo priorizam atenções ao debate político, 55 projetos nocivos à classe trabalhadores vão tramitando neste Congresso Nacional composto por uma maioria de parlamentares financiados por grandes empresas. As consequências a curto e médio prazos são desastrosas para nós.

No final do encontro, os

dirigentes sindicais decidiram elaborar uma “Carta aos Trabalhadores e Trabalhadoras da Categoria Metalúrgica do RS” para esclarecer o que está em jogo e pedir um esforço, enfim, um compromisso maior de todos na luta por empregos, por salários dignos, pela rejeição a projetos que tiram ou flexibilizam direitos, pela democracia...

A carta sugere mais união com os sindicatos e movimentos

que reivindicam a volta do desenvolvimento das empresas e do país, a geração de empregos e a democracia plena, mais organização, sair às ruas para protestar, reivindicar e denunciar – inclusive nas redes sociais - o oportunismo político e patronal que, por trás do debate político, pode gerar enormes prejuízos para a cidadania e para a vida dos milhões de trabalhadores e trabalhadoras brasileiras.

O que diz a carta à categoria metalúrgica gaúcha

OS OBJETIVOS

Alertar e sensibilizar a atenção de todos sobre a crise econômica e, com ela, o aumento do desemprego e seus efeitos sobre nossa categoria. Refletir sobre o que está acontecendo em nosso país e seus porquês?

A Federação quer perguntar a você, metalúrgico/a, sobre sua disposição em agir em defesa de seu emprego, direitos e também em defesa da nossa cultura, mas necessária, democracia.

A ECONOMIA

O ano de 2015 marcou a vida dos brasileiros devido a um contexto de economia em recessão e uma forte disputa política que contamina o desenvolvimento do País. No período, a produção industrial brasileira caiu 8,3% (voltando aos níveis de 2009,

auge da crise econômica internacional), os juros altos voltaram e dificultaram o crédito, a inflação aumentou e come em nossa mesa, e o desemprego cresceu com a perda de 1,5 milhão de postos de trabalho formais. No Rio Grande do Sul, foram admitidos 59.079 trabalhadores metalúrgicos e demitidos 88.230, o que levou à diminuição de 29.151 postos de trabalho.

O momento atual é grave, mas sabemos que pode mudar para pior ou para melhor. Basta olhar para nosso passado recente: vivemos e gostamos da experiência do pleno emprego, da geração de renda, dos investimentos sociais e na produção e do desenvolvimento de setores importantes, como a indústria naval. Lembremos também da crise internacional e seus reflexos nacionais em 2009, que gerou desemprego, mas foi passageira

e o crescimento foi retomado.

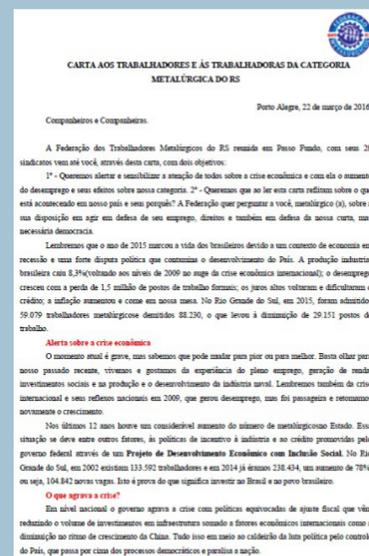
Nos últimos 12 anos houve um considerável aumento do número de metalúrgicos no Estado. Essa situação se deve, entre outros fatores, às políticas de incentivo à indústria e ao crédito promovidas pelo governo federal por meio de um Projeto de Desenvolvimento Econômico com Inclusão Social. No RS, em 2002, existiam 133.592 trabalhadores e, em 2014, já éramos 238.434, um aumento de 78%, ou seja, 104.842 novas vagas. Isto é prova do que significa investir no Brasil e no povo brasileiro.

O QUE AGRAVA?

Em nível nacional, o governo agrava a crise com políticas equivocadas de ajuste fiscal que vêm reduzindo o volume de investimentos em infraestrutura, somado a fatores econômicos internacionais, como a diminuição no ritmo de crescimento da China. Tudo isso em meio ao caldeirão da luta política pelo controle do País, que passa por cima dos processos democráticos e paralisa a nação.

Sabemos que a questão da corrupção foi e é grave. Defendemos que tudo deve ser apurado e todos os culpados devem ser punidos, mas assistimos nessa partida o juiz apitando contra somente um lado, enquanto o outro faz pose de santo. A mídia faz um espetáculo e nos trata como palhaços (sem querer ofender nossos populares artistas), como se fôssemos incapazes de entender o cenário.

Em âmbito estadual, temos um governador com uma agenda neoliberal marcada pela redução do Estado, que está massacrando o funcionalismo público e complicando ainda mais a vida da população com o caos na segurança pública. Medidas



Sabemos que a questão da corrupção foi e é grave, defendemos que tudo deve ser apurado e todos devem ser punidos, mas assistimos nessa partida, o juiz apitando contra somente um lado, enquanto o outro faz pose de santo. A mídia faz um espetáculo e nos trata como palhaços, incapazes de entender os cenários.

Em âmbito estadual temos um governador com uma agenda neoliberal, marcada pela redução do Estado, que está massacrando o funcionalismo público e complicando ainda mais a vida da população com o caos na segurança pública. Medidas como o aumento das alíquotas do ICMS sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS-E) tornam o custo de vida no RS um dos mais altos do Brasil, com aumento de 25% para 30% no combustível, energia elétrica e telefonia, refletindo também na cesta básica.

O que fazer?

É hora de mudança nos rumos da economia, pois nós, os trabalhadores e as trabalhadoras, estamos cansados de pagar a conta pelos ajustes. Todos estamos sendo convocados a descer das arquibancadas e entrar no jogo. A Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos do RS/CUT e seus 29 sindicatos estão dispostos a convocar e organizar um movimento em defesa do emprego, da renda e dos direitos sociais, por isso, exigimos:

1. Que a presidenta Dilma mude a política econômica, através da redução a taxa de juros, volte a investir em infraestrutura e na construção de moradias; volte a estimular o desenvolvimento e o crescimento da indústria, entre elas a naval, de extrema importância para a categoria metalúrgica e para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul.
2. Que o governador Sartori revogue as medidas de aumento da carga tributária e valorize o funcionalismo, responsável pela prestação de serviços tão necessários à sociedade, como a saúde, a educação e a segurança pública.
3. Que os empresários não encontrem no caminho fácil das demissões a saída para a crise. Há alternativas, uma vez que durante muitos anos receberam diversos incentivos e benefícios criados pelo Governo (como os voltados para o investimento, a desoneração da folha de pagamento, redução de impostos, a distinação das tarifas de energia, a redução da taxa básica de juros, entre outras medidas).

Quando a nós, metalúrgicos e metalúrgicas, também precisamos fazer a nossa parte. VAMOS ÀS RUAS, VALORIZANDO A NOSSA DEMOCRACIA E LUTANDO PELA MANUTENÇÃO DO EMPREGO E DA RENDA. No Congresso Nacional em maio a esta categoria toda, assinamos aceleradamente 55 projetos que retiram direitos da CLT e direitos sociais.

Agora é a hora de mostrar a nossa força, pois corremos o risco de perder de goleada tudo o que foi conquistado nos últimos 10 anos pela classe trabalhadora.

Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos do RS/CUT, Sindicatos dos Trabalhadores Metalúrgicos de Bagé, Cachoeira de Sul, Cachoeirinha, Camaquã, Canoas, Casca, Carandá, Charqueadas, Estância, Horizontina, Ijuí, Novo Hamburgo, Passadinho, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santa Rosa, Santa Vitória, São Gabriel, São Leopoldo, São Sebastião do Caí, Tapera, Venâncio Aires e Viamantinas de Canoas e Passo Fundo

Ilustração da Carta

Novo presidente do TST defende interesses patronais

Empossado em fevereiro, o novo presidente do TST, Ives Gandra Martins Filho, defendeu a flexibilização dos direitos trabalhistas como uma das saídas para a crise econômica e política, a aprovação da terceirização sem limites e a prevalência do negociado sobre o legislado, projetos combatidos por sindicatos de todo o país porque afrontam a CLT e precarizam os salários e as condições de trabalho. Também defendeu o fim dos processos por danos morais e o fim do suposto “paternalismo” da Justiça do Trabalho por acolher a classe trabalhadora em suas decisões.

As centrais sindicais e seus sindicatos filiados entenderam que tais declarações apresentam grande perigo à classe trabalhadora, tornando o TST, sob a presidência de Ives Gandra, mais um órgão que defende interesses patronais.

Para a CUT, cabe à Justiça do Trabalho e, por conseguinte, ao presidente do TST, defender a justiça social e os direitos dos trabalhadores, que é a parte mais frágil na relação capital e trabalho, historicamente explorados. Para a central, a Justiça do Trabalho deve ser forte e independente, favorecendo os processos de negociação coletiva e garantindo a celeridade nos julgamentos que tenham como norma a prevalência sempre da lei e dos direitos internacionais já consagrados.

sociedade, como a saúde, a educação e a segurança pública;

- Que os empresários não encontrem no caminho fácil das demissões a saída para a crise. Há alternativas, uma vez que durante muitos anos receberam diversos incentivos e estímulos criados pelo governo, como os voltados para o investimento, a desoneração da folha de pagamento, a redução de impostos, a diminuição das tarifas de energia, a redução da taxa básica de juros, entre outras medidas.

MOBILIZAÇÃO

Nós, metalúrgicos e metalúrgicas, também precisamos fazer a nossa parte. Vamos às ruas para valorizar a democracia e lutar por empregos e renda. Vamos lutar para que os 55 projetos que retiram direitos sociais e da CLT – e que aceleradamente tramitam no Congresso Nacional – não sejam aprovados. Agora é a hora de mostrar a nossa união, organização e força, pois corremos o risco de perder de goleada tudo o que foi conquistado nos últimos 10 anos pela classe trabalhadora.

OBS.: A carta é assinada pela Federação dos Metalúrgicos do RS e os 29 sindicatos filiados, entre os quais o de Canoas e Nova Santa Rita.

Os 55 motivos para você estar com a gente na luta

Há muito tempo não se viam tramitando no Congresso Nacional tantos projetos representando retrocesso e ameaça a direitos e à democracia. Concretamente, caso a classe trabalhadora não reaja, há a possibilidade real de retirada, flexibilização ou até mesmo eliminação de direitos duramente conquistados ao longo da história no Brasil. Conheça abaixo as 55 ameaças a direitos tramitando no parlamento:

PL 4302/1998 – Câmara, PLC 30/2015 – Senado, PLS 87/2010 – Senado

Regulamentação da terceirização sem limites, permitindo a precarização do trabalho

PEC 18/2011 – Câmara

Redução da idade para início da atividade laboral de 16 para 14 anos

PL 427/2015 – Câmara

Instituição do Acordo Extrajudicial de Trabalho, permitindo a negociação direta entre empregado e empregador

PL 948/2011 – Câmara e PL 7549/2014 – Câmara

Impedimento do empregado demitido de reclamar na Justiça do Trabalho

PL 1875/2015 – Câmara

Suspensão de contrato de trabalho

PL 4193/2012 – Câmara

Prevalência do negociado sobre o legislado

PL 7341/2014 – Câmara

Prevalência das Convenções Coletivas do Trabalho sobre as Instruções Normativas do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE

PL 8294/2014 – Câmara

Livre estimulação das relações trabalhistas entre trabalhador e empregador, sem a participação do sindicato

PL 3785/2012 – Câmara

Regulamentação do trabalho intermitente por dia ou hora

PL 1463/2011 – Câmara

Estabelecimento do Código de Trabalho

PL 5019/2009 – Câmara

Redução da jornada com redução de salários

PL 6411/2013 – Câmara

Vedação da ultratividade das convenções/acordos coletivos

PL 6906/2013 – Câmara

Criação de consórcio de empregadores urbanos para contratação de trabalhadores

PL 3842/2012 – Câmara, PL 5016/2005 – Câmara e PLS 432/2013 – Senado

Regulamentação da EC 81/2014, do trabalho escravo, com supressão da jornada exaustiva e trabalho degradante das penalidades previstas no Código Penal

PL 450/2015 – Câmara

Estabelecimento do Simples Trabalhista, criando outra categoria de trabalhador, com menos direitos

PLP 51/2007 – Câmara e PLS 550/2015 – Senado

Extinção da multa de 10% por demissão sem justa causa

PDC 1408/2013 – Câmara e PDS 43/2015 – Senado

Susta a Norma Regulamentada nº 12 (NR-12), sobre segurança no trabalho em máquinas e equipamentos

PL 5140/2005 – Câmara

Execução trabalhista e aplicação do princípio da desconsideração da personalidade jurídica

PL 2409/2011 – Câmara

Deslocamento do empregado até o local de trabalho e o seu retorno não integra a jornada de trabalho

PDC 1358/2013 – Câmara

Susta Norma Regulamentada nº 15, do Ministério do Trabalho Emprego, que regula as atividades de trabalhadores sob céu aberto

PDC 1615/2014 – Câmara

Susta as Instruções Normativas 114/2014 e 18/2014, do Ministério do Trabalho, que disciplinam a fiscalização do trabalho temporário

PL 2820/2015 – Câmara e PL 726/2015 – Câmara

Estabelecimento da jornada flexível de trabalho

PL 3342/2015 – Câmara

Estabelecimento do trabalho de curta duração

PEC 127/2015 – Senado

Transferência da competência para julgar acidente de trabalho nas autarquias e empresas públicas para a Justiça Federal

PL 3871/2015 – Câmara

Aplicação do Processo do Trabalho, de forma subsidiária, às regras do Código de Processo Civil

PL 3146/2015 – Câmara

Reforma da execução trabalhista

PL 5288/2009 – Câmara

Substitutivo que estabelece a inexigibilidade do cumprimento simultâneo dos requisitos de “utilização da terra” e de “eficiência na exploração” para comprovação da produtividade da propriedade rural

PLS 208/2012 – Senado

Alteração da Lei 5.889/1973, que estabelece normas reguladoras do trabalho rural, e da Lei

10.101/2000, para “adequar” e “modernizar” a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas

PLS 251/2010 – Senado

Alteração da Lei 1.079/1950, para definir como crime de responsabilidade de governador a recusa ao cumprimento de decisão judicial de reintegração de posse

PLS 107/2011 – Senado

Alteração da Lei 8.629/1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade

PL 4059/2012 – Câmara e PL 2269/2007 – Câmara

Regulamentação da compra de terra por estrangeiros

PLC 34/2015 – Senado

Alteração da Lei de Biossegurança para liberar os produtores de alimentos de informar ao consumidor sobre a presença de componentes transgênicos

PLP 248/1998 – Câmara

Dispensa do servidor público por insuficiência de desempenho

PLP 1/2007 – Câmara

Instituição de limite de despesa com pessoal

PLP 92/2007 – Câmara

Criação do Estatuto das Fundações Estatais

PLS 710/2011 – Senado; PLS 327/2014 – Senado; e PL 4497/2001 – Câmara

Regulamentação e retirada do direito de greve dos servidores

PEC 139/2015 – Câmara

Extinção do abono de perma-

nência para o servidor público

PL 6726/2013 – Câmara

Fim da exclusividade da Petrobras na exploração do pré-sal

PL 6726/2013

Estabelecimento de que a exploração da camada do pré-sal seja feita sob o regime de concessão

PEC 43/2015 – Senado

Estabelecimento de independência do Banco Central

PLS 555/2015 – Senado

Privatização de todas as empresas públicas

PLS 388/2015 – Senado

Proibição de indicação de dirigentes sindicais para conselheiros dos fundos de pensão públicos

PL 37/2011 – Câmara

Estabelecimento do Código de Mineração

PEC 215/2000

Demarcação de terras indígenas

PDS 147/2014 – Senado

Cancelamento da política de Participação Social

PL 5069/2013 – Câmara

Alteração do Código Penal sobre a questão do aborto, criminalizando ainda mais as mulheres e profissionais de saúde

MPV 696/2015 – Senado

Retirada do texto das políticas públicas do termo “gênero” e instituição do Tratado de San José como balizador das políticas públicas para todas as mulheres

PL 478/2007 – Câmara

Instituição do Estatuto do Nascituro – grande ameaça aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Criminalização generalizada das mulheres, inviabilizando, inclusive, o aborto previsto no Código Penal

PL 6583/2013 – Câmara

Instituição do Estatuto da Família – retrocesso para grupos LGTBs e mulheres: não reconhecimento como família. Ficam fora do alcance de políticas do Estado

PEC 115/2015 – Senado

Redução da maioria penal para 16 anos de idade

PL 3722/2012 – Câmara

Instituição do Estatuto do Desarmamento

PLS 513/2011 – Senado

Estabelecimento de normas gerais para a contratação de parceria público-privada para a construção e administração de estabelecimentos penais

PLS 2517/2015 – Senado

Aumento do tempo de internação de adolescentes no sistema socioeducativo

PRC 191/2009 – Câmara

Atribuição à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania do exame do mérito das Propostas de Emenda à Constituição (PEC), acabando com as comissões especiais

PEC 99/2001 – Câmara

Alteração da Constituição para que entidades de cunho religioso possam propor Ações de Constitucionalidade perante o STF

No Estado, 15 meses de retrocessos

Está equivocado quem pensa que os direitos trabalhistas e sociais são afrontados apenas lá em Brasília. Aqui no RS, desde que assumiu, o Governo Sartori vem impondo uma série de retrocessos com a ajuda de uma maioria de deputados estaduais na Assembleia Legislativa.

Entre outras medidas, o governo promoveu cortes no orçamento, suspendeu o pagamento de fornecedores do Estado, aumentou o próprio salário em 45,97% e limitou despesas às receitas, inclusive de pessoal, truncando reajustes salariais, promoções e nomeações dos aprovados em concurso, entre os quais policiais civis e militares. Também extinguiu secretarias importantes, como a de Política para as Mulheres, demitiu funcionários, suspendeu repasses a hos-

pitais e propôs a extinção de três fundações. Promoveu também calotes na dívida com a União, acarretando bloqueios das contas do Estado, e mandou parcelar os salários dos servidores, resultando em greves que paralisaram os serviços à população. Reduziu o teto das Requisições de Pequeno Valor (RPVs) dos atuais 40 para dez salários mínimos, penalizando a população e pequenas empresas e aumentou impostos, subindo a alíquota do ICMS, em vários produtos, entre os quais a gasolina, álcool, telefonia fixa e móvel, energia elétrica comercial e residencial acima de 50 kw (quase todas as casas). Recentemente, Sartori reajustou o Piso Regional sem a reposição integral das perdas inflacionárias, causando arrocho salarial. Cabe lembrar que, mesmo com a crise, Dilma garantiu aumento acima da inflação para o salário mínimo, inclusive para os aposentados.

Agora Sartori quer alterar a

lei que criou a EGR (Empresa Gaúcha de Rodovias) e quer dar de volta à iniciativa privada, por 30 anos, a concessão de rodovias (pedágios) e retirar da Assembleia Legislativa o poder de fiscalizar. Também quer, a pretexto de adequar o regime previdenciário dos servidores à Constituição Federal, retirar benefícios decorrentes do tempo de prestação de serviços. Por fim, pretende interferir na organização sindical, limitando o número de servidores cedidos para sindicatos e outras entidades representativas de classe.

EXPEDIENTE

O jornal A Vez e a Voz do Peão é uma publicação do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas e Nova Santa Rita - STIMMEC
Endereço: Rua Caramuru, 330 - Centro - Canoas/RS - Fone DDG: 0800.6024955 - Site: www.sindimetalcanoas.org.br - Email: contato@sindimetalcanoas.org.br - Facebook: /sindicato.metalurgicodecanoas - Colônia de Férias: (51) 3683.1819 - Presidente: Paulo Chitolina - Vice-presidente: Sílvio Roberto Lopes Bica - Secretário de Imprensa: André Severo Soares (Índio) - Assessoria de Imprensa: Geraldo Muzykant (Reg. Prof. n° 8658) e Rita Correa Garrido - OBS.: A reprodução total ou parcial do conteúdo deste jornal é permitida desde que citada a fonte.



Movimento sindical vai às ruas

Objetivo maior é defender a democracia, a retomada do desenvolvimento e lutar contra o ajuste fiscal e a retirada de direitos

Cerca de 50 mil pessoas tomaram as ruas do centro de Porto Alegre no fim da tarde desta sexta-feira, 18 de março, para defender a democracia e os direitos sociais e trabalhistas, e repudiar a tentativa de golpe articulada pela oposição ao governo de Dilma Rousseff, com o apoio dos grandes meios de comunicação, instituições empresariais, setores conservadores do Judiciário e uma elite que bate panelas como se estivesse passando fome.

A atividade foi organizada pela Frente Brasil Popular, Frente Povo sem Medo e Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS). Entre os manifestantes estavam metalúrgicos da região, especialmente os da base de Porto Alegre e Cachoeirinha. Outras categorias importantes –

professores, petroleiros, sapateiros, rodoviários, metroviários, servidores públicos, trabalhadores/as da agricultura, da alimentação, comerciários etc – dividiram espaço com donas de casa, estudantes e militantes de inúmeros movimentos sociais.

Após a manifestação nas imediações da Esquina Democrática, os manifestantes fizeram uma passeata até o Largo Zumbi dos Palmares.

Defesa dos direitos e da democracia

Durante o ato público, o presidente estadual da CUT, Cladir Nespolo, fez a defesa da classe trabalhadora, que vem sofrendo as consequências da crise econômica agravada pela conjuntura política. Além de fazer uma crítica contundente con-

tra a Rede Globo e empresas coligadas, como a RBS, Nespolo conclamou a militância a impedir que a elite brasileira concretize um golpe aproveitando-se do momento de fragilidade da economia nacional. “Nós sabemos qual é a agenda dos golpistas, os mesmos que consideram ganância o bolsa família, o Prouni e outros programas sociais. Por trás da tentativa de golpe há ainda um ataque aos direitos dos trabalhadores. Precisamos nos unir e lutar



contra tudo isso”, alertou o presidente da CUT-RS em referência aos projetos que podem causar retrocesso a direitos trabalhistas e sociais.

Entidades de classe embarcam no golpismo

Infelizmente, a história pode repetir-se negativamente. Entidades importantes de classe que, no passado, mancharam sua história aderindo a movimentos antidemocráticos como a ditadura militar (1964/1985), aderiram ou estão prestes a aderir à articulação golpista da oposição, que pretende levar à frente o impeachment da presidenta democraticamente reeleita há pouco mais de um ano, com acusações sem materialidade (provas de envolvimento em crime doloso), como utilizar recursos de bancos públicos para manter os programas sociais e criar créditos suplementares considerados legítimos para alcançar a meta fiscal em 2014.

Entre estas entidades estão as federações de indústrias, como a Fiergs, que, embora não se posicionem claramente, pregam a renúncia ou impedimento da presidenta, colocando toda a culpa pela crise política e econômica nas costas de Dilma. Essa posição já era esperada, pois

as pautas patronais transitam melhor em governos hostis aos trabalhadores. A saída de Dilma e a posse do vice seria uma porteira aberta para patrões imporem a terceirização sem limites, a flexibilização das leis trabalhistas, o fim da valorização do salário mínimo, entre outros retrocessos.

Outra entidade de classe que, mais uma vez, mostra-se golpista é a OAB – Ordem dos Advogados do Brasil. Por meio de seu Conselho Federal, posicionou-se a favor do impeachment, mesmo ciente de que muitos juristas questionam as acusações apresentadas pela oposição e o fato de o processo ter sido levado à frente por Eduardo Cunha, presidente da Câmara Federal, que tem inúmeras acusações e provas de corrupção nas costas.

Felizmente, muitos advogados protestaram contra a OAB e se declararam contrários ao golpe. Entre eles estão os advogados que compõem os dois escritórios jurídicos que fazem assessoria ao nosso

sindicato. O escritório Young Dias Lauxen & Lima Advogados Associados, representado pelos advogados Jeverton Lima e Jorge Young, se posicionou dizendo que o instrumento do impeachment não pode servir de mero pretexto para retirar do poder quem foi legitimamente eleito. A tentativa de depo-

sição de um presidente por esta via sem caracterização probatória inequívoca de crime de responsabilidade, como está ocorrendo no presente caso, é golpe e, como tal, atenta contra a democracia e o estado democrático de direito, merecendo repúdio.

Partido governista adere ao golpe pra assumir e impor mais retrocessos

De olho no impeachment, o PMDB resolveu aderir ao golpe. Boa parte dos políticos ligados a este partido estão abandonando o governo para ali na frente voltarem compondo o que chamam de “Governo Temer”. Tanto que já elaboraram um conjunto de diretrizes que vão fazer a alegria da classe patronal que financiou suas campanhas. Essas diretrizes serão um desastre para a classe trabalhadora e para os aposentados.

Entre as barbaridades previstas nas diretrizes estão retrocessos como a desvinculação dos gastos constitucionais para a saúde e a educação, o fim dos reajustes de benefícios previdenciários atrelados ao salário mínimo, aumento de impostos, reforma na legislação trabalhista, permitindo a prevalência do negociado sobre o legislado, e uma “avaliação” anual dos programas sociais por um comitê independente, que poderá sugerir a continuidade ou o fim dos benefícios.

EDITORIAL

Democracia e inclusão social

Embora os dirigentes sindicais tenham suas preferências políticas, o nosso sindicato - enquanto instituição que representa milhares de trabalhadores e trabalhadoras – não está indo às ruas para defender partidos e determinadas personalidades políticas, mas para defender a democracia e um projeto de desenvolvimento e inclusão social que, ao longo dos últimos anos, melhorou muito as condições de vida da população. Basta ver nos indicadores sociais de nosso país o número de pessoas que saíram da miséria e da pobreza, tiveram oportunidades para morar, trabalhar, estudar, obter crédito, melhorar a renda, viajar...

Como não poderia ser diferente, somos contra a corrupção e entendemos que todos os envolvidos, independente de partidos e posições sociais, devem ser devi-

damente investigados e punidos, caso tenham cometido de fato os crimes denunciados.

Infelizmente, não é o que vem acontecendo, pois os casos de corrupção que envolvem os grandes meios de comunicação, as grandes empresas, os grandes empresários e gente muito rica e famosa, arrastam-se no Judiciário e sequer são abordados nos meios de comunicação. O foco único é Dilma, Lula, o PT e a esquerda em geral. O objetivo é enganar a população em geral, fazê-la crer que a corrupção só existe de 2003 para cá e que a responsabilidade por ela existir

é daqueles que mais a combateram porque criaram mecanismos de controle e reforçaram os órgãos de fiscalização, investigação e combate, como a Polícia Federal, por exemplo.

Na nossa opinião, há um golpismo sendo orquestrado pela grande imprensa, setores do Judiciário, órgãos de segurança, instituições patronais e uma oposição raivosa que não se conforma com a derrota de 2014 e agora quer ganhar no tapetão. Trabalham diuturnamente - inclusive dentro do governo - para desacreditar e criminalizar pessoas e um governo por irregularidades distantes da corrupção.

Acreditamos que a crise política e econômica do país – turbinada pelos desdobramentos das sucessivas fases da Operação Lava Jato - está servindo de biombo, de cortina de fumaça para esconder a real intenção de quem defende os interesses da elite brasileira, que é transferir para o governo a culpa pela crise econômica, enfraquecer os partidos de esquerda e mais facilmente impor sua agenda política que visa a retirada ou a flexibilização de direitos trabalhistas e sociais.

Nossa luta é para que golpe não seja consumado, a democracia volte a imperar, as instituições voltem a funcionar, a crise seja enfrentada com o esforço de todos e os 55 projetos que hoje tramitam no Congresso Nacional não sejam aprovados. E você tem de estar com a gente nesta luta.

